
A participação feminina em Portugal numa perspectiva longitudinal

Ana Espírito-Santo¹ e Michael Baum²

Introdução

Desde há algum tempo temos vindo a estudar a participação feminina na política. Temo-nos centrado não tanto na participação no poder político, mas sobretudo na participação num sentido lato. O nosso objecto de estudo são as mulheres enquanto cidadãs (por comparação com os homens), sendo que nos interessa identificar até que ponto existe desigualdade de género nas diversas formas de participação política e (a existir) que factores a explicam. Este estudo consiste na continuação de outro realizado antes (Baum e Espírito-Santo, no prelo)³. No referido estudo verificámos que a desigualdade de género é, actualmente, significativa apenas num dos três tipos de participação analisados, a saber, na participação não convencional⁴. Nos outros dois tipos de participação explorados: eleitoral e extra eleitoral, convencional⁵ não há diferenças significativas entre homens e mulheres. E como seria há mais de uma década atrás? Que evolução terá sofrido a participação feminina na política desde 1988 até 2002⁶? Seriam as mulheres mais ou menos participativas? Em que tipos de participação? Estas são algumas das questões a que pretendemos responder.

Portugal tem sofrido uma transformação notável nas últimas três décadas. Mesmo antes da revolução de 1974, mas principalmente depois dela, a modernização do país tem sido profunda e incrivelmente veloz (Barreto, 2002: 311). O rápido progresso no desenvolvimento social, na economia e nos níveis de democracia do país permitiram uma convergência com os padrões europeus numa grande variedade de áreas. Este progresso possibilitou (e simultaneamente foi impulsionado por) grandes alterações do papel tradicional da mulher e da condição feminina. Um dos fenómenos mais determinantes foi a entrada das mulheres em larga escala no mercado de trabalho. Portugal detém actualmente uma das mais elevadas taxas de actividade profissional feminina do mundo. No entanto, e concomitantemente, são ainda muito poucas as mulheres que ocupam cargos de chefia nas empresas portuguesas (Diário de Notícias, 7/15/2002: 9) e o fosso salarial entre homens e mulheres tem-se alargado ligeiramente nos últimos anos (Clarke, 2001), só para dar alguns exemplos.

Os mesmos paradoxos podem ser encontrados por exemplo no que toca à educação. Se por um lado Portugal apresenta elevadas percentagens de formação universitária entre as mulheres (ver Ferreira, 1999; Ferreira, s.d.), revela por outro lado a taxa mais elevada de

¹ ana.espirito.santo@ics.ul.pt

² mbaum@umassd.edu

³ A grande diferença que existe entre este estudo e o apenas referido é que o anterior foi realizado somente com dados de 2002, enquanto que neste acrescentámos dados de 1988, o que permite efectuar a análise noutra perspectiva: longitudinal.

⁴ Sob o rótulo “participação não convencional” foram analisadas as seguintes práticas: escrever uma carta para um jornal; participar em acções ou movimentos de opinião em defesa dos direitos humanos; participar em protestos, marchas ou manifestações; colar cartazes e distribuir folhetos; entre outras.

⁵ Sob o rótulo “participação convencional extra eleitoral” foram analisadas as seguintes práticas: contactar um político ou funcionário do governo; demonstrar apoio a um partido ou candidato, indo a uma reunião; entre outras.

⁶ Neste estudo utilizámos três bases de dados. A primeira, de 1985, foi utilizada somente para testar a desigualdade de género na participação eleitoral: Sani, Giacomo; Julian Santamaria and others, *The political culture of the southern Europe: a four nation study* – dataset, 1985. A segunda constituiu a origem de todos os dados de 1988: Heimer, Franz-Wilhelm, Jorge Vala and José Leite Viegas, *Padrões Básicos da Cultura Política em Portugal (Portugal's Political Culture Basic Patterns)* - dataset, 1988. A terceira forneceu os dados de 2002: Barreto, A., et al, Portugal a Votos: as eleições legislativas de 2002, ICS.

analfabetismo feminino da Europa (Programa – UNDP, 2001). Quanto à representação feminina no poder político, o panorama tem-se transformado muito desde 1976 até à actualidade. No que se refere ao parlamento nacional, a percentagem de mulheres quadruplicou; a sua percentagem em cargos governamentais tem vindo sempre a aumentar, ainda que lentamente; embora pelo contrário, ao nível local, a presença feminina seja substancialmente mais reduzida.

A análise de dados do final da década de 80 juntamente com os de 2002 revela-se extremamente interessante, pois permite comparar duas épocas distintas: uma em que as grandes transformações da sociedade, possibilitadas e impulsionadas pela democratização, estavam apenas no início; e outra em que se encontravam já enraizadas e, sobretudo, em que a realidade por elas criada constituía, para as gerações mais jovens, a única realidade que alguma vez conheceram. Sem memória vivida dos tempos de ditadura, como se comportarão as mulheres destas gerações mais jovens? O 25 de Abril parece constituir, para todos os cidadãos portugueses, mas principalmente para os do sexo feminino, um marco incontornável. Esperamos, pois, que as mulheres mais jovens apresentem padrões de comportamento político significativamente diferentes das que pertencem a faixas etárias mais altas. Mais concretamente, prevemos que as jovens possuam taxas mais altas de participação política, relativamente aos homens, do que as suas contemporâneas mais idosas.

Mas quais serão os resultados das mulheres relativamente a si mesmas? Participarão significativamente mais agora do que antes? Ou, por outras palavras, o que terá mais peso: os altos níveis de mobilização que caracterizavam a sociedade portuguesa do pós-25 de Abril; ou os progressos em termos educacionais e de outros recursos socioeconómicos atingidos pelas mulheres nas últimas décadas?

Evolução da desigualdade de género nas várias formas de participação política

Tal como efectuámos antes (Baum e Espírito-Santo, no prelo), também aqui analisámos três formas de participação: eleitoral; extra eleitoral, convencional; e extra eleitoral não convencional. Estes formam um *continuum* de participação que vai da forma que exige menos mobilização, menos iniciativa própria, e que é simultaneamente a mais consensual e comum (eleitoral, voto); até à que exige mais esforço, mais auto iniciativa, confere mais visibilidade, mas também pode acarretar consequências menos agradáveis (participação não convencional).

Na tabela nº1 encontram-se as diversas variáveis utilizadas para construir os índices de tipos de participação, bem como os testes à desigualdade de género. No que diz respeito à **participação eleitoral**, analisámos a percentagem de homens e de mulheres que exerceram o seu direito de voto nas eleições legislativas de 1983 e de 2002. Nas primeiras eleições, 89% dos homens e 86% das mulheres votaram. Embora a diferença não pareça acentuada, ela é quase significativa ($p = 0,058$). Por outras palavras, pode concluir-se que no início da década de 80 praticamente existia desigualdade de género na participação eleitoral. Actualmente, como tem sido demonstrado por diversas investigações portuguesas e estrangeiras, não existe qualquer diferença significativa entre a percentagem de homens e de mulheres que exerce o seu direito de voto⁷.

Quanto à **participação convencional (excluindo o voto)**, incluíram-se as seguintes variáveis: teve contacto com um político e apoiou um candidato ou partido de alguma maneira⁸. Da análise dos dados verifica-se que a desigualdade de género era significativa em 1988 nas duas formas de participação analisadas. Actualmente essa desigualdade esvaneceu-se por

⁷ A partir daqui analisaremos somente a participação extra eleitoral: convencional e não convencional. Duas razões justificam esta opção: a primeira prende-se com o facto da desigualdade de género na participação eleitoral ser, mesmo em 1988, muito pouco acentuada. A segunda é de ordem técnica: os dados referentes ao voto nas eleições de 1983 provêm de uma base diferente e não seria exequível utilizar as três bases de dados para o tipo de análise que se segue.

⁸ No questionário da base de 1988, a pergunta está feita da seguinte forma: “Chegou alguma vez a dar o seu apoio activo a algum candidato ou partido numa campanha eleitoral?”; enquanto em 2002 a “campanha eleitoral” não é referida: “Demonstrou o seu apoio a um partido ou candidato particular, por exemplo, indo a uma reunião, afixando um cartaz, ou de outra forma?”.

completo. Este resultado, bem como o encontrado em relação à participação eleitoral, poderá explicar-se pelo facto de nessa altura as mulheres não terem ainda interiorizado bem os direitos cívicos que tinham adquirido (recentemente), ao contrário dos homens que gozavam deles há muito mais tempo.

Tabela nº 1 – Participação política: variáveis dependentes

	1988			2002		
	Mulheres	Homens	Chi Sq	Mulheres	Homens	Chi Sq
Participação eleitoral: votou nas eleições legislativas de 1983 ⁹ / de 2002	85,5%	88,6%	3,7 (p = 0,058)	73,1%	77,2%	n.s.
Contactou um político	9,4%	16,6%	23***(V=0,10)	4,9%	7,3%	n.s.
Apoiou um candidato ou partido	15,5%	26,2%	34***(V=0,13)	7,4%	7,1%	n.s.
Participação convencional (excluindo o voto): escala de 0 a 2 (média)	0,25	0,43	54,3***	0,12	0,14	n.s.
Fez/assinou abaixo assinados	8,6%	17,3%	34,6***(V=0,13)	14,8%	16,6%	n.s.
Fazer inscrições nas paredes, colar cartazes	2,9%	9,7%	40,8***(V=0,14)	4,4%	8,3%	7,8***(V=0,08)
Fazer manifestações	7,1%	15,8%	38,4***(V=0,14)	3,4%	6,4%	6,3*(V=0,07)
Fazer bloqueio de trânsito	1,3%	2,5%	4,1 (p=0,055)	1,4%	1,7%	n.s.
Fazer ocupação de fábricas/edifícios	1,4%	2,4%	n.s.	0,9%	0,7%	n.s.
Participação não convencional: escala de 0 a 5 (média)	0,21	0,48	50,4***	0,24	0,33	6,3*

Notas:

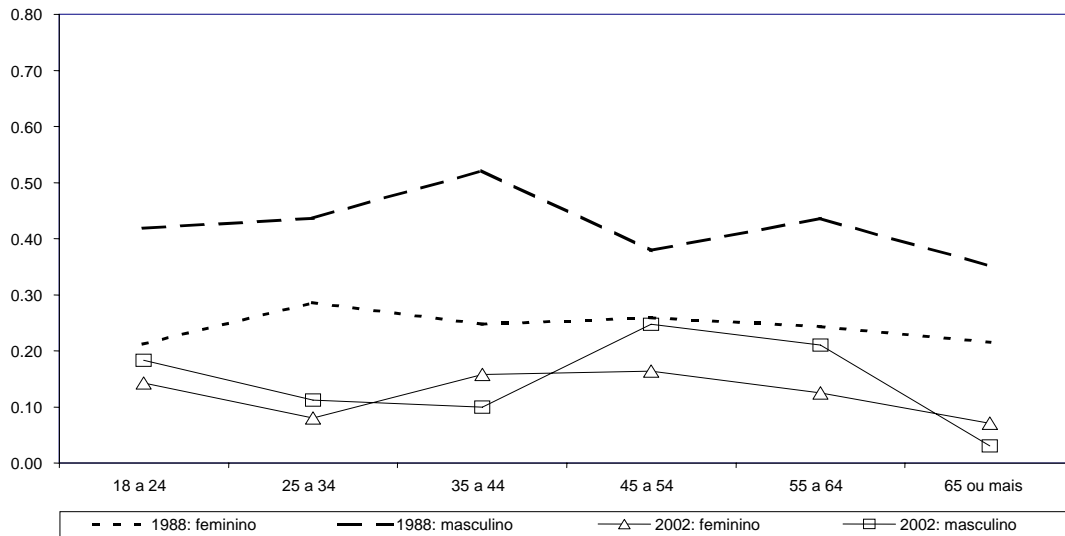
1. *p ≤ ,05; ** p ≤ ,01; *** p ≤ ,001; n.s. = não significativo.
2. Na maioria dos casos foi realizado um teste do Qui-Quadrado.
3. As significâncias estatísticas a **bold** indicam que o teste usado nesse caso foi o teste para a diferença de médias: One Way Anova.

Finalmente, no que toca à **participação não convencional**, verifica-se que, e em concordância com o identificado anteriormente (Baum e Espírito-Santo, no prelo), os homens participam ainda significativamente mais do que as mulheres. Este resultado é verdade em relação a “colar cartazes e distribuir folhetos” e a “participar em marchas, protestos ou manifestações”. Ainda assim, e comparativamente com o final da década de 80, constata-se que essa desigualdade de género é actualmente menos acentuada, sendo que inclusivamente se observa em muito menor número de itens. Em 1988, dos diversos tipos de participação analisados somente o relativo a fazer “ocupação de fábricas” não revelou ser significativo.

A comparação da totalidade dos homens com o conjunto das mulheres poderá esconder algumas importantes variações e efeitos no comportamento eleitoral de diferentes subgrupos de cidadãos. Cientistas políticos britânicos, por exemplo, escreveram acerca da emergência de um efeito interactivo entre o género e a idade em termos de comportamento eleitoral (Lovenduski, 1997; Norris, 1997). Pomos a hipótese da existência de uma desigualdade de género e de geração também em Portugal, dadas as experiências de socialização radicalmente distintas das gerações mais jovens e a maior probabilidade de terem acesso a recursos económicos, que facilitam a participação política.

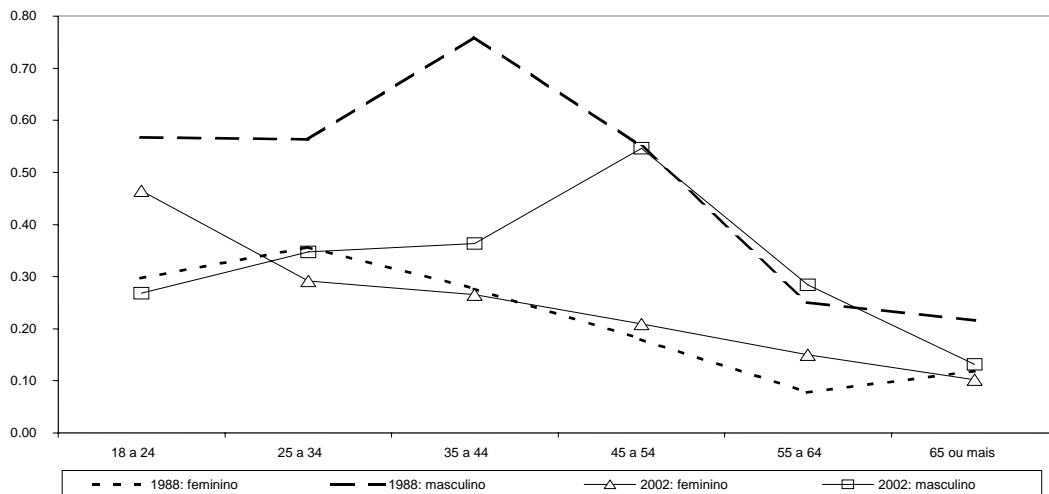
9 Os dados relativos à participação nas eleições de 1983 foram recolhidos a partir de uma base de dados de 1985: Four Nations Study, já que a base de 1988 não continha informação sobre a participação eleitoral. Pelo menos não de forma comparável com os dados de 2002.

Gráfico nº1 - Participação convencional (excluindo o voto) por faixa etária e sexo



A partir da análise do gráfico nº1 verifica-se que em 1988, os homens tinham uma maior propensão para participar em formas de participação convencional (excluindo o voto) do que as mulheres, em todos os grupos etários. Pelo contrário, em 2002 essa tendência desapareceu completamente. No gráfico nº2, referente à participação não convencional, verifica-se que, tal como na convencional, no ano de 1988, em todos os grupos etários, os homens participavam mais do que as mulheres. Em 2002, o mesmo é verdade em todos os grupos etários, excepto no mais baixo (entre os 18 e os 24 anos): parece haver uma tendência para a anulação da desigualdade de género em formas de participação não convencional nas gerações mais jovens. Em todos os restantes grupos etários, ela mantém-se relativamente acentuada.

Gráfico nº2 - Participação não convencional por faixa etária e sexo



Ainda tendo em conta o gráfico nº2, é importante realçar o quão diferente é o padrão de comportamento feminino do masculino. Por parte das mulheres, denota-se uma tendência para a diminuição da participação à medida que a idade avança. O mesmo não se observa relativamente aos homens. Na verdade nestes, o auge da participação ocorre no grupo etário dos 35 aos 44 anos (em 1988) e dos 45 aos 54 anos (em 2002). No estudo realizado anteriormente (Baum e Espírito-Santo, no prelo), somente com dados de 2002, já tínhamos detectado esta maior propensão para a participação por parte deste grupo etário. Na altura dissemos que os

resultados condiziam com a literatura sobre as atitudes políticas portuguesas, que referem a existência de uma “geração revolucionária” composta pelos homens que em 1975 tinham entre 18 e 27 anos de idade. Os dados de 1988 confirmam a existência da referida geração revolucionária, já que os indivíduos que em 1988 tinham entre 35 e 44 anos são os mesmos que em 2002 tinham entre 45 e 54. Estamos pois perante um claro efeito de geração, que afectou somente o género masculino. Estes homens terão sido influenciados pelos elevados níveis de acção política que caracterizou a época revolucionária.

Evolução da participação feminina e masculina: Convencional e não convencional

Vejam agora como tem evoluído a participação feminina e a masculina, não por oposição uma à outra, mas relativamente a si próprias. Participarão as mulheres actualmente mais do que o que participavam no final da década de 80? E os homens? A partir da análise da tabela nº2 verifica-se que nem num caso nem no outro isso é verdade. A sociedade portuguesa era em geral significativamente mais participativa em 1988 do que actualmente. Embora para o confirmar precisássemos de dados recolhidos noutras alturas (entre 1974 e 1988; e entre 1988 e 2002), parece plausível pôr-se a hipótese de que à medida que nos afastamos do 25 de Abril de 1974 aumenta o grau de apatia da sociedade portuguesa.

Efectuando agora a análise por género, verificamos que os homens diminuíram significativamente a sua participação, quer em formas convencionais (excluindo o voto), quer não convencionais. No caso das mulheres, o referido resultado constata-se somente para o primeiro tipo de participação.

Tabela nº2 – Diferenças entre a média da participação dos homens e das mulheres, entre 1988 e 2002.

	Participação convencional (excluindo o voto): escala de 0 a 2 (média)			Participação não convencional: escala de 0 a 5 (média)		
	1988	2002	ANOVA	1988	2002	ANOVA
Mulheres	0.2	0.1	39,2***	0.2	0.2	n.s.
Homens	0.4	0.1	89,5***	0.5	0.3	9,8**

Uma vez que a tendência da sociedade portuguesa, entre 1988 e 2002, é para a diminuição da mobilização para participar politicamente, é extremamente relevante, e indiciador de uma grande alteração em termos da condição feminina, o facto de não se constatar qualquer diferença significativa na participação não convencional por parte das mulheres entre essas duas datas (tabela nº 2). Por outras palavras, o facto das mulheres terem mantido o seu nível de participação não convencional, seria equivalente a terem-no aumentado, se não houvesse alterações nos níveis de participação entre 1988 e 2002. Ainda assim, e como vimos antes, os níveis de participação feminina estão ainda neste campo aquém dos masculinos.

No que diz respeito à participação convencional (excluindo o voto) verifica-se que apesar das mulheres participarem em 2002 significativamente menos de que 1988, essa diferença não é tão acentuada como no caso dos homens. Prova disso é o facto da desigualdade de género ter deixado de ser significativa neste tipo de participação em 2002.

Nos gráficos 3, 4, 5 e 6 efectuámos esta mesma análise, mas geração a geração. Na tabela nº 3 encontra-se a correspondência de cada um dos grupos geracionais nas duas bases de dados em análise. Por exemplo, os indivíduos que em 1988 tinham entre 18 e 24 anos, em 2002 teriam entre 32 e 38 e aí por diante. A geração que em 1988 tinha entre 65 e 72 anos, e a que em 2002 tinha entre 18 e 31 anos, respectivamente, por serem muito idosos, ou por serem demasiados jovens, não têm correspondente na outra base de dados. Através desta análise é possível analisar o comportamento de cada geração em dois pontos do tempo diferentes.

Tabela nº 3 – Equivalência de grupos etários em 1988 e em 2002

Grupos etários em 1988 e 2002							
1988		18 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 54	55 a 64	65 a 72
2002	18 a 31	32 a 38	39 a 48	49 a 58	59 a 68	69 a 80 ¹⁰	

No que toca à participação convencional, no caso dos homens (gráfico nº 4), confirma-se a existência da geração revolucionária, que em 1988 tinha entre 35 e 44 anos e que em 2002 tinha entre 49 e 58 anos. Este é o grupo que mais participa neste tipo de actividades tanto em 1988 como em 2002, sendo inclusivamente mais activo do que os seus contemporâneos mais jovens. No caso das mulheres (gráfico nº 3), pelo contrário, confirma-se a inexistência de uma potencial geração revolucionária que teria, em 1974, sensivelmente entre os 20 e os 30 anos. Existem duas hipóteses para explicar as diferenças encontradas entre homens e mulheres a este respeito. A primeira prende-se com a possibilidade dessa geração de mulheres não ter sido significativamente afectada pelo espírito revolucionário que caracterizou a época. Essa hipótese implicaria que nem nessa altura (do 25 de Abril de 1974) esse grupo etário de mulheres se tivesse sentido mais mobilizado para participar. Uma segunda hipótese, pressupõe a possibilidade dessa geração feminina, tal como no caso dos homens, ter participado mais naquela época mas, uma vez superada a fase mais revolucionária, ter regressado aos seus padrões de comportamento político “normais”. Precisaríamos de dados mais próximos de 1974 para testar as hipóteses.

Ainda quanto à participação convencional das mulheres verifica-se que, em 1988, a geração mais participativa era a que tinha então entre 25 e 34 anos, embora a diferença em relação aos outros grupos etários não pareça ser muito acentuada. Em 2002 as distinções entre as gerações são ainda mais esbatidas. O mesmo não se verifica quanto à participação não convencional (gráfico nº 5), em que é visível, tanto em 1988 como em 2002, um claro efeito de ciclo de vida: à medida que a idade avança diminui o nível de participação das mulheres. Este resultado é compreensível se tivermos em conta o tipo de participação que está em causa. Não só o facto de muitas destas práticas exigirem algum esforço físico, mas sobretudo a sobrecarga horária, bem como as responsabilidades (do emprego adicionadas às do lar), que tendem a aumentar com a idade, poderão explicar este resultado.

É ainda muito interessante visualizar o que constatámos antes: de todos os tipos de participação analisados, para os dois géneros, este é aquele em que se verifica menor diferença entre 1988 e 2002, em quase todas as faixas etárias. E tudo parece indicar que esta tendência terá continuidade, uma vez que é a faixa dos 18 aos 31 anos (em 2002) a que mais acentuadamente participa. A manter-se a evolução neste sentido é até provável que venha a esvanecer-se por completo a desigualdade de género detectada na participação não convencional. Como constatámos antes (gráfico nº 2), nesta geração as mulheres participam mais do que os homens. Quanto aos homens (gráfico nº 6), o referido efeito de ciclo de vida não é tão visível, sobressaindo sobretudo a geração revolucionária referida antes, tanto em 1988 como em 2002.

¹⁰ Como em 2002 o máximo de idade é 80 anos, o sexto grupo etário para 2002 em vez de acabar em 78 anos (como seria ideal para bater certo com o respectivo grupo de 1988 que termina em 64) acaba em 80 anos. Por dois anos não fazia sentido criar um novo grupo.

Gráfico nº3 - Participação convencional (excluindo o voto) das mulheres, por faixa etária

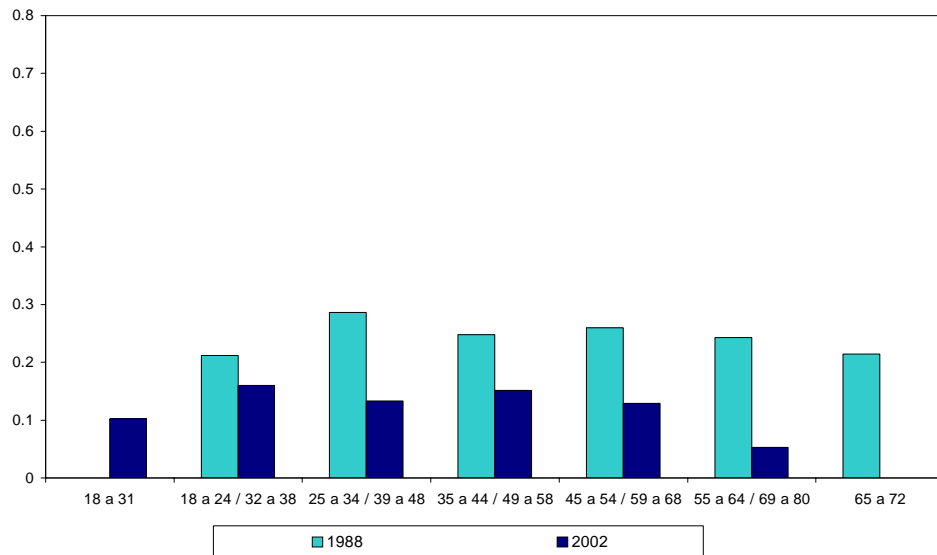


Gráfico nº4 - Participação convencional (excluindo o voto) dos homens, por faixa etária

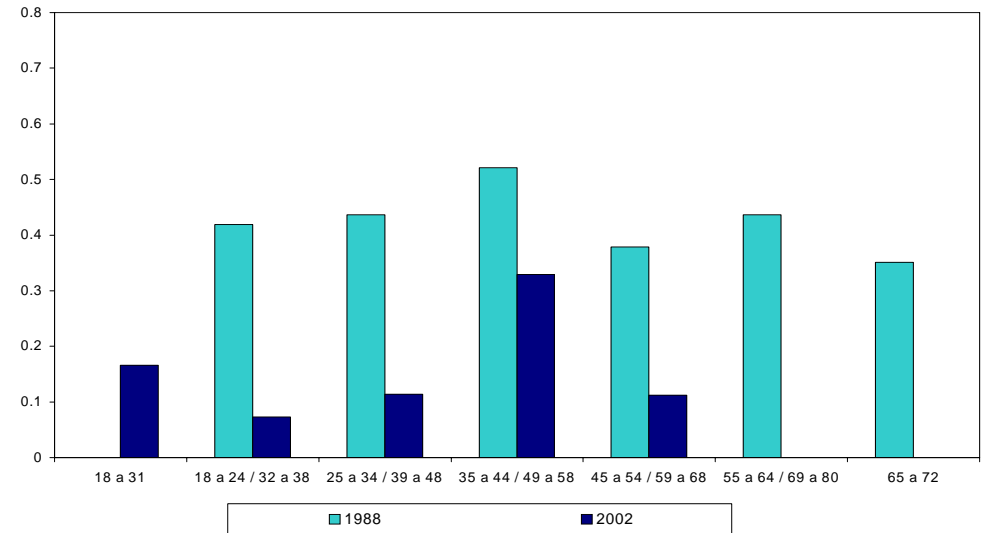


Gráfico nº5 - Participação não convencional das mulheres, por faixa etária

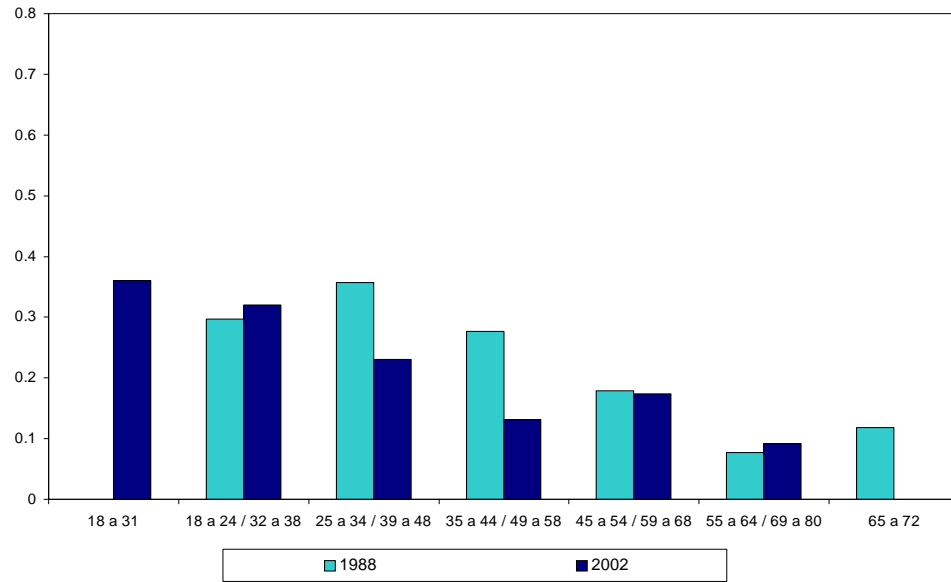
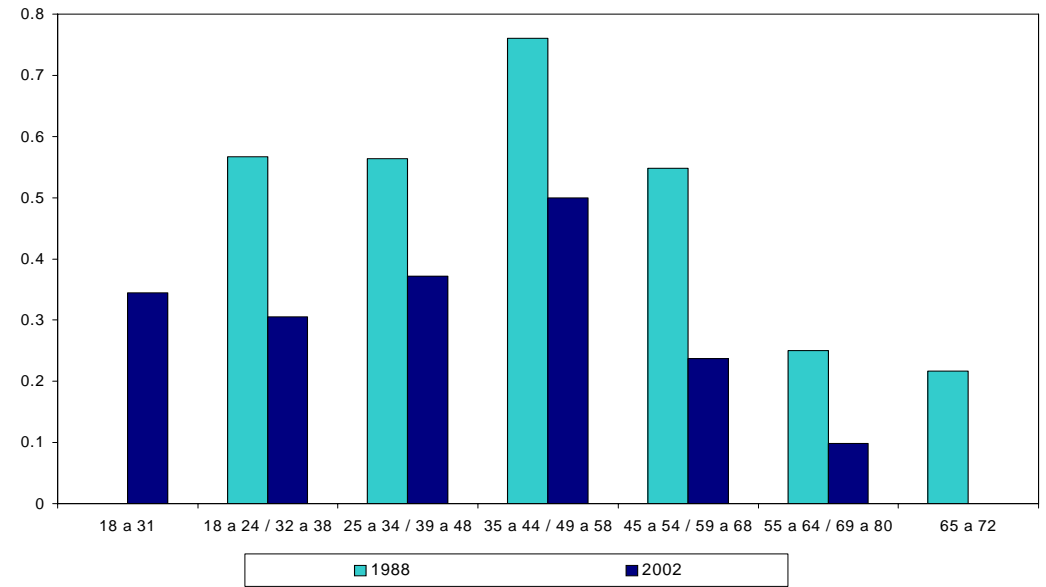


Gráfico nº6 - Participação não convencional dos homens, por faixa etária



Comentários finais

Do anteriormente exposto podem tirar-se uma série de conclusões. Verificou-se que, em geral, a sociedade portuguesa era significativamente mais participativa em 1988 do que em 2002, quer em termos de participação eleitoral, quer extra eleitoral (convencional e não convencional). Apercebemo-nos que, comparativamente com os homens, as mulheres terão reduzido menos acentuadamente os seus níveis de participação, logo os seus níveis de participação aproximaram-se dos masculinos. De salientar a estabilização da média feminina de participação não convencional entre 1988 e 2002, facto que se revela digno de registo, tendo em conta o panorama descendente dos níveis de participação da sociedade em geral. Além disso, este resultado é também importante por se tratar de um tipo de participação que exige auto iniciativa e uma grande mobilização política.

A aproximação dos níveis de participação feminina à masculina foi de tal ordem que em dois dos três tipos de participação analisados, a desigualdade de género perdeu a significância em 2002. A única excepção é a participação não convencional. Embora não tenhamos analisado sistematicamente a intensidade da desigualdade de género em cada forma de participação, prevemos que, já em 1988, a desigualdade na participação não convencional fosse a mais acentuada, pelo que a aproximação dos padrões de género não foi suficiente para anular a desigualdade.

No entanto, os dados permite também prever que a desigualdade de género na participação não convencional terá tendência a desaparecer, por duas razões. A primeira prende-se com o facto de nas gerações mais jovens a tendência parecer estar a inverter-se, participando as jovens mais do que os seus companheiros masculinos. Contudo, o efeito de ciclo de vida também detectado para as mulheres neste tipo de participação fará provavelmente com que os mais elevados níveis de participação das jovens demore algum tempo a atingir as gerações mais velhas. A segunda razão surge pela negativa. O envelhecimento da geração masculina revolucionária fará certamente diminuir o nível de participação dos homens e logo a desigualdade de género.

Muito ficou por explorar sobretudo no que diz respeito aos factores que explicam as desigualdades de género encontradas. A maior parte dos estudiosos sugere que essas diferenças se devem a diferenças nos *recursos* (educação, rendimento, capacidades cívicas, estado civil e outros) e nos níveis de *envolvimento político* (grau de interesse pela política, sentimento de eficácia, mobilização cognitiva, confiança, etc.) (Welch, 1977; Togeby, 1994; Schlozman e Burns, 1995). Analisámos esta questão relativamente a 2002 (Baum e Espírito-Santo, no prelo), tendo concluído que, apesar dos recursos terem um peso explicativo considerável, não se pode dizer que é somente por terem menos recursos que as mulheres participam menos¹¹. A principal razão pela qual elas participam menos é porque tendem a ser mais desafectas à política, o que sugere que homens e mulheres são socializados de forma diferente para a política. Interessante seria explorar este tópico com os dados de 1988 e averiguar que factores explicavam então a desigualdade de género na participação política. Devido a limitações de espaço teremos que deixar esta questão para futuras investigações.

Bibliografia

BACALHAU, M. (1994). *Atitudes, Opiniões e Comportamentos Políticos dos Portugueses, 1973-1993*. Lisboa: Edição Mário Bacalhau e Tom Bruneau.

BARRETO, A. (ed.) (2002). *Tempo de Incerteza*. Lisboa: Relógio d'Água.

BAUM, M. (2002). "What's Happening to the Gender Gap in Portugal? Women's Political and Economic Participation in Comparative Perspective". Comunicação apresentada na conferência Internacional Fulbright, Lisboa.

¹¹ Entenda-se, em formas de participação não convencional que foram as únicas em que detectámos desigualdades de género.

- BAUM, M. e ESPÍRITO-SANTO, A. (no prelo), "Desigualdades de género em Portugal: a participação política das mulheres", in A. Freire, M. C. Lobo e P. Magalhães, *Portugal a Votos: as eleições legislativas de 2002*, ICS
- BURNS, N., SCHLOZMAN, K. L. e VERBA, S. (2001). *The private roots of public action: gender, equality, and political participation*. Cambridge: Harvard University Press.
- CABRAL, M. V. (1997). *Cidadania política e equidade social em Portugal*. Oeiras: Celta.
- CABRAL, M. V. (2000). "O exercício da cidadania política em Portugal", in M.V. CABRAL, J. Vala e J. FREIRE (orgs.), *Trabalho e Cidadania*, Série Atitudes Sociais dos Portugueses. Lisboa: ICS.
- CLARK, C. e CLARK, J. (1986). "Models of Gender and Political Participation in the United States.". *Women and Politics*, 6: 5-25.
- CONWAY, M. M. (1997). *Women & Political Participation - cultural changes in the Political Arena*. Washington, DC: Congressional Quarterly.
- CONWAY, M. M. (2000). *Political Participation in the United States*. Washington: CQ Press.
- CONWAY, M. M. (2001). "Women and Political Participation.". *PS: Political Science and Politics* 34 (2): 231-33.
- CUTILEIRO, J. (1971). *A Portuguese Rural Society*. Oxford: Clarendon Press.
- EUROSTAT (2001). *EUROSTAT Yearbook 2001*. Brussels: Commission of the European Community.
- FERREIRA, V. (1998). "Engendering Portugal: Social Change, State Politics, and Women's Social Mobilization", in A. C. Pinto, (ed), *Modern Portugal*. Palo Alto: The Society for the Promotion of Science and Scholarship.
- FERREIRA, V. (1999). "Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal.". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53: 199 - 227
- FERREIRA, V. (s.d.). Women in Portugal - Situation and Paradoxes, *Babel Revista Electrónica*. Accessed October 2003 (<http://www.lxxl.pt/babel/biblioteca/women.html>)
- FRANKLIN, M. (2001). "European Elections and the European Voter." in J. J. Richardson, *European Union: Power and Policy-making*. Nova Iorque: Routledge.
- GORJÃO, V. (2002). *Mulheres em Tempos Sombrios: oposição feminina ao Estado Novo*. Lisboa: ICS.
- HAYES, B. C. (1997). "Gender, Feminism and Electoral Behavior in Britain.". *Electoral Studies*, 16: 203-16.
- HUNTINGTON, S. P. e NELSON, J. M. (1976). *No Easy Choice: Political Participation in Developing Countries*. Cambridge: Mass Harvard University Press.
- INGLEHART, R. e NORRIS, P. (2003). *Rising Tide: Gender Equality & Cultural Change around the World*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- JACQUETTE, J. S. (2001). "Women and Democracy: Regional Differences and Contrasting Views". *Journal of Democracy* 12 (3):111-125.
- LOVENDUSKI, J. (1997). "Gender Politics: A Breakthrough for Women?" *Parliamentary Affairs*, 50: 708-19.
- LOVENDUSKI, J. e NORRIS, P. (eds.) (1993). *Gender and Party Politics*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications Ltd.

- MACHADO, F. L. e COSTA, A. F. d. (2000). "An Incomplete Modernity: Structural Change and Social Mobility", in J. M. L. Viegas e A. F. d. Costa, *Crossroads to Modernity: Contemporary Portuguese Society*. Oeiras: Celta.
- MARKS, G., e MCADAM, D. (1996). "Social Movements and the Changing Structure of Political Opportunity in the European Union". *West European Politics*, 19 (2): 249-78.
- MORALES, L. (1999). "Political Participation: Exploring the Gender Gap in Spain.". *South European Society & Politics*, 4: 223-47.
- NORRIS, P. (1997). *Electoral Change in Britain since 1945*. Oxford: Blackwell Publishers.
- NORRIS, P. e INGLEHART, R. (2001). "Women and Democracy: Cultural obstacles to equal representation.". *Journal of Democracy* 12: 126-140.
- NORRIS, P. e LOVENDUSKI, J. (2001). "Blair's Babes: Critical Mass Theory, Gender, and Legislative Life". *John F. Kennedy School of Government, Harvard University Faculty Research Working Papers Series* (RWP01-039).
- PATEMAN, C. (1970). *Participation and Democratic Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PHILLIPS, A. (1991). *Engendering Democracy*. Cambridge: Polity Press.
- VERBA, S., NIE, N. H., et al. (1978). *Participation and Political Equality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- VERBA, S., SCHLOZMAN, K. L., et al. (1993). "Race, Ethnicity and Political Resources: Participation in the United States." *British Journal of Political Science*, 23: 453-97.
- VERBA, S. e NIE, N. H (1972). *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*. Nova Iorque: Harper & Row.
- VICENTE, A. (1993). "A Brief Look at Women in Portuguese History". *Ditos e Escritos*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. No. 4: 1-20.
- VIEGAS, J. M. L. e FARIA, S.(2001). *As Mulheres na Política*. Oeiras: Celta.